

**F. Ciências Sociais Aplicadas - 2. Gestão e Administração - 9. Gestão e Administração**

**As leis, alguns limites e possibilidades: Atuação junto ao Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial.**

Kácia Mateus, bolsista PROEC-DAE.<sup>1</sup>  
Maria de Lourdes Souza Oliveira, Orientadora- DAE.<sup>1</sup>  
Ísla Karla Azevedo Pedro, Bolsista PIBIC/CNPq-DAE.<sup>1</sup>  
Inês Caroline de Lima Proença, membro do grupo GEDIM.<sup>1</sup>  
Pedro Rosas Magrini, membro do grupo GEDIM.<sup>1</sup>  
Rosimeire Aparecida de Oliveira, membro do grupo GEDIM.<sup>2</sup>

1. Universidade Federal de Lavras- UFLA.
2. Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial- Lavras.

**RESUMO:**

Dados estatísticos do IBGE e do IPEA indicam que a desigualdade entre grupos raciais desenvolve-se nos vários níveis como educação, renda e mercado de trabalho, e que estes tipos de pré-conceitos na maioria das vezes são sustentados por instituições sociais, dentre elas, as escolas. No município de Lavras a manutenção de práticas racistas, como também a dificuldade das (os) educadoras (os) em lidar com questões étnico raciais confirmam os dados brasileiros. Para a valorização da população negra e fortalecimento do combate ao racismo na rede de ensino foram criadas a lei Federal nº11.645 que possibilita a inclusão obrigatória no currículo oficial da rede de ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" e a lei Municipal nº3.182 conquistada pelo Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial (CMPIR), que institui nas escolas municipais o programa de valorização da comunidade negra. Estas leis juntamente com as pesquisas sobre a população negra no Brasil e no município de Lavras possibilitam ao CMPIR desenvolver ações a fim de minimizar o preconceito racial na cidade. No projeto de extensão As leis alguns limites e possibilidades: Atuação junto ao Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial estamos consolidando o apoio ao CMPIR em diferentes âmbitos, por exemplo, em reuniões mensais através de observação participante e também utilizamos duas cartilhas produzidas pela equipe como material pedagógico. Uma das cartilhas tem sido para reforçar as ações do CMPIR no que diz respeito a atuação nas escolas municipais e a outra cartilha para divulgação das atividades e capacitação dos conselheiros ambas se baseiam também na lei federal nº12.288 aprovada em 20 de julho de 2010 que institui o Estatuto de Igualdade Racial. Criado em 2003, o estatuto tem como principal proposta garantir à população negra a efetivação da igualdade das oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Estas questões têm estimulado reflexões sobre a realidade da população negra no Brasil e em Lavras, com que as pessoas desenvolvam capacidades de agir e transformar situações de opressão e discriminação, além de contribuir para a formação de um banco de dados atualizado sobre as condições da população negra no Brasil.

Instituição de Fomento: PROEC

Palavras-chave: desigualdade étnico racial, leis , conselhos municipais.